

A. I. Nº - 297745.0125/05-6
AUTUADO - JOSÉ NAUDINHO ALVES DOS SANTOS
AUTUANTE - JORGE LUIZ MAGALHÃES NUNES
ORIGEM - IFMT- NORTE
INTERNET - 26. 12. 2005

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF 0473-04/05

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. MICROEMPRESA. OPERAÇÃO DE SAÍDA INTERESTADUAL DE MADEIRA. FALTA DE RECOLHIMENTO. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Não se aplica o critério de apuração do imposto pelo regime instituído pelo SimBahia nas operações sujeitas a antecipação ou substituição tributária. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 28/09/2005, exige ICMS no valor de R\$455,32, em razão da falta de recolhimento por antecipação, referente à saída interestadual de madeira “pinus” cerrado, conforme termo de apreensão nº 2977450125056, em anexo (fl. 05).

O autuado impugnou o lançamento fiscal em sua peça defensiva, fl. 13 a 14 dos autos, alegando que a empresa está na condição de microempresa e sua forma de apuração do imposto é SIMBAHIA. Argumenta que sua atividade é exclusivamente industrial e os seus produtos serrados não estão enquadrados no regime de substituição tributária.

Ao final, solicita a improcedência do Auto de Infração.

O autuante ao prestar a informação fiscal, fl. 20 dos autos esclarece que existem restrições para a adoção do regime de apuração de Simbahia, consoante o art. 399-A do RICMS/BA. Diz ainda que o fato gerador ocorreu no momento da saída para outra unidade da federação de madeira serrada, conforme enquadramento exarado no Auto de Infração.

VOTO

O Auto de Infração em lide, foi lavrado em função da falta de recolhimento do ICMS no momento da saída do produto “madeira pinus” para o estado de Pernambuco, conforme cópia da nota fiscal anexa à folha 08 do PAF.

O autuado alega que é microempresa industrial e sua forma de apuração do imposto é SimBahia, como também a mercadoria transportada não se enquadra na substituição tributária.

Discordo do argumento defensivo do autuado, uma vez que o art. 399-A do RICMS/BA diz que “A adoção do regime de apuração do SimBahia será feita com as seguintes restrições: I - não se aplicam os critérios de apuração do ICMS nele estabelecidos para o pagamento do imposto: b) nas operações e prestações sujeitas a antecipação ou substituição tributária.

Ainda segundo o RICMS/BA no seu art. 125 “ O imposto será recolhido por antecipação, pelo próprio contribuinte ou pelo responsável solidário: III – no momento da saída das mercadorias, nos seguintes casos: f) operação de saída: 2 – de tábuas, barrotes, ripas, ripões compensados, madeirite e outras madeiras serradas ou fendidas longitudinalmente, mesmo aplainadas ou polidas, quando efetuada por estabelecimento classificado no código de atividade 2010-9/00 desdobramento de

madeira, mediante documento de arrecadação ou certificado de crédito emitido pela repartição fazendária.

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 297745.0125/05-6, lavrado contra **JOSÉ NAUDINHO ALVES DOS SANTOS**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$455,32**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 15 de dezembro de 2005.

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - PRESIDENTE

MARCO AURÉLIO ANDRADE SOUZA - RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA